



COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

RESUMO

Buscamos com esse trabalho entender a relevância de compreender a escrita surda do sujeito surdo. Para tanto, revisitamos a sociolinguística variacionista, que nos traz conceitos importantes como a diamésica, variantes linguísticas, preconceito linguístico, forma culta, vernácula, traços graduais do vernáculo brasileiro, todos esses conceitos apresentados nesse artigo. Revisitamos também a legislação da Libras, fundamental para a noção de língua materna e segunda língua para o surdo, respectivamente a Libras e o Português escrito, assim também como as lutas da comunidade surda para garantir tal direito. O curso de Letras/ Libras, também conquista da comunidade surda, traz um novo olhar sobre a formação do professor que possui o desafio de ensinar a segunda língua do surdo. Percebermos que muitas vezes o preconceito linguístico torna difícil a aceitação dessa escrita surda. Afinal de contas, indaga-se, como segunda língua da comunidade surda é possível, sendo sua língua materna a Libras de caracterização específica visual-gestual?

Palavras-chave: Libras. Sociolinguística variacionista. Escrita surda.

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

INTRODUÇÃO

A sociolinguística nos permite compreender melhor o processo de aceitação da escrita surda, mas antes precisamos trabalhar alguns conceitos para chegarmos a esse processo de aceitação da escrita surda. A sociolinguística definiu-se como a relação entre fala e sociedade. Os estudos na área iniciaram-se em 1961, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (ULCA). Seus principais expoentes foram William Bright, Dell Hathaway Hymes e William Labov, em oposição aos estudos gerativistas de Noam Chomsky.

A sociolinguística também explica o surgimento de uma língua. Podendo ser de forma *in vivo* ou *in vitro*. Sendo a primeira natural, acontecendo a partir do contato entre os falantes, já segunda é artificial, surge por meio de força de lei e decreto, a exemplo disso, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que tivera seu reconhecimento como língua através da lei nº 10.436/2002 e decreto de nº 5.626/2005. Com efeito, segundo a lei nº 10.436/2002 em seu artigo:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

A Libras é de modalidade gestual-visual, e o espaço é o canal de comunicação. É considerada uma língua natural, pois surgiu da interação espontânea entre indivíduos. Salientando-se que iremos tratar o que a lei nº 10.436/2002 – conhecida como lei da Libras – recomenda em seu Art. 4º parágrafo único: A Língua Brasileira de Sinais (Libras) não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Muitas perguntas ainda sem respostas norteiam a Libras, como por exemplo, se é possível uma língua gestual-visual ser escrita?

Para responder a essa pergunta vamos recorrer ao sociolinguísta William Labov, que criou a teoria sociolinguísta variacionista em meados da década de 1960, nos Estados Unidos. Dentro de sua teoria vamos destacar um conceito importante de variação linguística para argumentar e fundamentar nossa resposta à pergunta: é possível a língua de sinais se dá de forma escrita?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria sociolinguística variacionista busca explicar a diversidade linguística com quatro exemplos de variação, que são: diacrônica, diatópica, diastrática e diamésica. Em consonância com a proposta de responder à indagação que norteia nosso trabalho, abordaremos de forma mais detalhada a variação diamésica que relaciona-se etimologicamente, relaciona-se “[...] ao uso de diferentes meios ou veículos”. (ILARI; BASSO, 2006, p. 180). Interligando-se



as línguas, aborda as diferenças entre língua falada¹ e escrita. E, trazendo para a questão da Libras, temos como exemplificar essa diferença no diálogo seguinte:

A) D-I - A HOJE?

B) Que dia é hoje?

A) AMANHÃ D-I-A

B) Que dia será amanhã?

A) ONTEM D-I-A?

B) Que dia foi ontem?

A) ANDEONTEM DIA

B) Que dia foi anteontem?

A) DEPOIS-DE-AMANHÃ D-I-A?

B) Que dia será depois de amanhã?

Na linha A temos a língua falada (Libras), e na linha B o Português escrito. As diferenças existem e não impedem o processo de comunicação. Faraco e Tezza (2001), nesse sentido, consideram que o ato de escrever não se trata

¹ Língua falada, refere-se a língua usada por uma comunidade linguística, não necessariamente língua oral, podendo utilizar o termo língua falada para LIBRAS.

apenas de “imitar a fala”. Quando escrevemos há uma necessidade de reformular a fala em outra gramática.

Retornando a questão citada, a resposta é afirmativa levando em consideração que a diamésica é possível. O que irá contribuir nesse processo é fundamentalmente o nível de fluência do surdo na sua língua L1, no caso a Libras e sua escolarização na sua L2, o português escrito. Um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever), em uma língua diferente de sua língua nativa (MACNAMARA, 1967). Precisamos entender que, no caso do surdo, as competências seriam ler e escrever. O bilinguismo precisa ser apreendido/ensinado à comunidade surda, sendo necessário para tal uma política e um planejamento linguístico das escolas bilíngues.

Em 2011 surge o movimento em defesa das Escolas Bilíngues para surdos, contra o fechamento do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), localizado na cidade do Rio de Janeiro. Toda a comunidade surda se organiza para uma grande manifestação a caminho de Brasília, nesse mesmo ano; movimento considerado vencedor, pois conseguiu incluir as escolas bilíngues no Plano Nacional de Educação- PNE, no ano de 2014 com a Lei 13.005/2014.

Nós, os surdos, não queremos ser tutelados, queremos o exercício da liberdade pela forma e escolha linguística e cultural condizente com o nosso modo de viver e experienciar, de sermos surdos, diferente dos ouvintes. Somente nós, surdos, que sabemos o que é melhor para

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

nós, da forma como precisamos ser educados, da forma como precisamos aprender, que é pela instrução direta em nossa língua de sinais, língua soberana da comunidade surda, que ajuda na formação da “Identidade Linguística da Comunidade Surda”, como garante e expressa a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009).

Hoje no Brasil, percebemos que muitas escolas inclusivas estão em construção para se tornarem escolas bilíngues, tudo resultado de lutas históricas da comunidade surda em defesa de uma política linguística.

O ENSINO DA SEGUNDA LÍNGUA PARA O SURDO E A SOCIOLINGUÍSTICA

A escola bilíngue para o surdo traz o Português escrito como segunda língua (L2), ao passo que a Libras como L1, língua materna do surdo. Muitas crianças surdas são filhas de pais ouvintes, então essa língua não é ensinada no âmbito familiar, cabendo a escola bilíngue a função de ensinar a língua materna da criança surda.

Deste fato, o contexto vivenciado nessas bilíngues e nas ainda inclusivas, a figura do professor para o ensino da língua materna e a segunda língua para o surdo é peça fundamental nesse processo de aquisição da L1 e L2. Destacaremos nesse trabalho somente a questão da aquisição da segunda língua do surdo.

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

São muitos os mitos que norteiam a língua portuguesa, a citar como exemplo que o português é uma língua de difícil aprendizagem. Sempre observamos algumas pessoas por saberem mais um pouco dessa língua, ter atitudes de recriminar quem fala ou escreve de forma dita errada, são atitudes que se justificam pela ideia da forma culta e ou padrão de uma língua.

[...] há na designação norma culta um emaranhado de pressupostos nem sempre claramente discerníveis. O qualificativo 'culto', por exemplo, tomado em sentido absoluto pode sugerir que esta norma se opõe a normas 'incultas', que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura. [...] Contudo, não há grupo humano sem cultura, como bem demonstram os estudos antropológicos. Por isso, é preciso trabalhar criticamente o sentido do qualificativo culto, apontando seu efetivo limite: ele diz respeito, especificamente, a uma certa dimensão da cultura, isto é, a cultura escrita (FARACO, 2002, p. 39-40).

A relação do surdo com o Português escrito perpassa por esse estigma de que, se os falantes nativos do português apresentam dificuldades na sua língua na modalidade escrita, que dirá os surdos que a tem como uma segunda língua. Essa norma culta e/ou padrão é algo também inatingível mesmo para os brasileiros que falam o Português.

A norma-padrão não faz parte da língua, não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se muito mais como um modelo, uma entidade abstrata, um discurso

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre os falantes urbanos mais escolarizados (BAGNO, 2007, p. 106).

Considerando os aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, temos uma estrutura de sentença em Libras conhecida como topicalização, que é o processo mais comum para explicar a ordem OSV (objeto-sujeito-verbo) na ASL (Língua de Sinais Americana). Para Liddell (1980), essa estrutura de sentenças em tópico também é utilizada na Libras e podemos explicar essa estrutura também através da ideia de Bagno (2007, p.142), que nos traz o conceito de norma popular ou vernáculo da língua. Encontramos nessa norma popular nos usos da fala espontânea, sem monitoramento. A essas variedades de fala na norma popular ele classificou em: traços graduais, presentes na fala de todos os brasileiros sem nenhuma distinção, e traços descontínuos, que estão presentes na fala de brasileiros de origem humilde.

Em relação aos traços graduais do vernáculo brasileiro observamos que a estrutura da sentença em Libras OSV tem como exemplo: Estruturas de tópico-comentário: *“Esse carro, ele é muito econômico mesmo; a Margarida, ela sabe muito bem o que está fazendo”*. Essa topicalização na Libras não é de exclusividade das línguas visual-gestual, posto que encontramos também no português escrito.

Isso torna possível falar de “atentado contra o idioma”, de “pecado contra a língua”, de “atropelar a gramática” ou

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

“tropeçar no português”. Todo esse discurso dá a entender (enganosamente) que a língua está fora de nós, que ela é um objeto externo, alguma coisa que não nos pertence e que, para piorar, é de difícil acesso – uma espécie de saber esotérico que só alguns pouco iluminados conseguem atingir (BAGNO, 2007, p. 72).

O que nos falta na verdade é entender que a Libras é uma língua que, dentre as várias estruturas de sentença, possui a topicalização como exemplo dessa variedade de sentenças, o que explica o fato de ser uma variedade linguística. O surdo não escreve errado, como muitos dizem, ele utiliza o português escrito na forma vernácula.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM LETRA/LIBRAS

Em 2006, iniciou o primeiro curso de Letras Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS – no Brasil. A Universidade Federal de Santa Catarina objetivava o ensino EaD e a formação de professores de língua de sinais. O Curso de Letras Libras pretendeu protagonizar o surdo em suas ações educativas, respeitando sua língua como mediadora do processo de aprendizagem. A língua de instrução no curso é a Libras, e o português escrito a segunda língua. O amparo legal para o surgimento do curso de Letras/ Libras se dá na lei nº 10. 436/2002 e decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Alguns desafios surgiram nesse processo de estruturação do curso de Letras/Libras, sendo o primeiro a questão de ser um curso na

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

modalidade EaD. A Educação a Distância (EaD) surgiu em meados do século XIX, e tem despertado um novo olhar para o processo de ensino e aprendizagem que rompe os muros da sala de aula.

Entender que a Libras é detentora de toda uma estruturação linguística, semelhante à outras línguas, e também capaz de ter uma forma escrita, é um desafio para a formação docente e discente em Letras/Libras.

Essa preocupação com o ensino do português escrito para o surdo é uma realidade recente no Brasil. O Congresso de Milão em 1880 instituiu o oralismo para a educação dos surdos, que perdurou por cem anos, acarretando a proibição da língua de sinais.

A ênfase nas palavras resultou na tendência dos alunos surdos a se aterem a cada palavra individualmente, prendendo-se, assim, ao sentido literal, dicionarizado, o que limitava a possibilidade de compreensão textual. O cuidado com o sentido das palavras individualizadas podia ser observada também por parte dos professores, os quais, antes mesmo de verificarem o que entenderam, pediam aos alunos que sublinhassem as palavras desconhecidas, procurassem o significado das mesmas no dicionário, após o que, muitas vezes, solicitavam que os alunos escrevessem frases com as palavras pesquisadas (PEREIRA, 2011b).

Em relação à escrita, o foco no ensino estruturado da língua e o pouco conhecimento da Língua Portuguesa resultaram no uso de frases simples e curtas, com maior número de palavras de conteúdo – nomes e verbos – e menor número de vocábulos funcionais – artigos, preposições e conjunções (MARCHESI, 1991).

Na década de 1980, o desempenho escolar do surdo não era satisfatório com o método oralista. Os mesmos não conseguiram se apropriar da língua portuguesa. A metodologia utilizada pelos professores não proporcionava um aprendizado significativo e transformador para os alunos surdos.

[...] trabalho docente significa a práxis de um sujeito transformador (professor) em interação situada com outro sujeito (aluno), onde a produção de saberes e a mediação de significados caracterizam e direcionam o processo de comunicação/entendimento entre ambos. Em outros termos, o trabalho docente é um processo educativo de instrução e formação humana, através da mediação e da interação entre professor e alunos, a partir do conteúdo de ensino (THERRIEN, 2002).

O professor formado hoje em Letras/Libras tem um grande compromisso com a aprendizagem e aquisição da segunda língua do surdo. Entender toda a complexidade do aluno surdo, de viver em um país que tem uma língua oficial que não é a sua materna, sofrer preconceitos linguísticos por não conseguir atingir a escrita culta. Compreender que isso é a realidade da imensa maioria dos surdos brasileiros, por não terem acesso a livros didáticos, que também seguem a norma de uma gramática tradicional. Aceitar a escrita surda como uma modalidade de variedade linguística, respeitando o seu processo histórico, social e, respeitando assim o modo de viver da comunidade surda.

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos de fundamental importância compreender que a Libras é a língua materna do surdo, que deve ser ensinada no âmbito familiar, a segunda língua do surdo é o Português escrito de acordo com a lei e o decreto da Libras, precisa ser ensinada no ambiente escolar. Permitir o uso e acesso a sua L1 e L2 é imprescindível para sua aprendizagem, e esse processo será fomentado pelos novos professores dos cursos de Letras/Libras, que possuem uma formação voltada para entender a complexidade de ensinar o sujeito surdo, não por sua surdez, mas sim pela falta de metodologias adequadas para esse processo educativo.

Para tanto, a teoria sociolinguística variacionista nos permite perceber que o “escrever errado” é uma manipulação de uma minoria que tem acesso a esse português escrito de forma culta, propiciando um ambiente de preconceito linguístico como os que não têm acesso a essa forma culta elitizada, atingindo também a comunidade surda e milhares de brasileiros que por questões econômicas, históricas e sociais não podem ter acesso a essa forma culta do português.

A aquisição da L2 para o surdo, o português escrito é possível sim, desde que tenhamos como fundamentação a teoria sociolinguística variacionista, desmistificando o Português escrito. A escrita surda pode ser explicada e aceita por base nessa teoria. A língua é uma entidade viva que se transforma de forma inevitável.

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva



Precisamos romper com a ideia de que existe somente uma forma de escrita, a língua é de todos e não somente de uma minoria que se supõe detentora da norma culta. Com efeito, nosso objetivo é promover uma mudança de atitude para que as gramáticas não sejam instrumento de preconceito e sim um meio de acesso a todos os brasileiros, uma gramática que promova o respeito às variedades linguísticas e às especificidades da escrita surda ainda tão estigmatizada.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. Norma linguística. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. Português ou brasileiro? um convite à pesquisa. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2002.
- _____. Preconceito linguístico: o Que é Como se Faz. São Paulo: Edições Loyola, 2000.



BRASIL. Decreto Nº. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2002. Disponível em:

<<https://www.libras.org.br/leilibras.htm>> Acesso em: 08 fev. 2017.

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto. Curso Básico: Livro do Estudante. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 6. ed. 188 p.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto para estudantes universitários. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006

LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

_____. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 – Lei da Libras. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2002. Net/2008, disponível em:

<<https://www.libras.org.br/leilibras.htm>> Acesso em: 30 jan. 2018

LIDDELL, S. American sign language syntax. The Hague: Mouton, 1980.

MACNAMARA, J. The Bilingual's linguistic performance: a psychological overview. Journal of Social Issues, v. 23, p. 59-77, 1966.

MARCHESI, A. El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei n. 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.

Acesso em: 15 jul. 2018.

PEREIRA, M. C. C. Aquisição da língua portuguesa escrita por crianças surdas. Anais do Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa – SIELP. Uberlândia, MG: EDUFU, v. 1, n. 1, p. 610-617, 2011b.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Disponível em:

<www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/.../convencao_pessoas_com_deficiencia.pdf> Acesso em: 14 fev. 2018.

THERRIEN, Jacques. O saber do trabalhador docente e a formação do professor. In: SHIGUNOV NETO, A; MACIEL, Lizete S. B. (Orgs.). Reflexões sobre a formação de professores, Campinas: Papyrus, 2002. Disponível em: <<http://www.jacquestherrien.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA



RENATA DE ARRUDA CÂMARA SILVA

Prof^a Mestra em Ciências da Educação, acadêmica do curso de Letras/Libras e Psicologia, funcionária pública estadual e professora universitária.

E-mail: renataarrudalibras@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1661459007910355>

COMPREENDENDO A ESCRITA SURDA
NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Renata de Arruda Câmara Silva